

19. **Espírito da Bíblia ou Moral Universal Cristã**, do Abade A. Martini. Tradução. Rio de Janeiro, 1840. Segunda edição, Bahia, 1847; terceira, São Paulo, 1862; quarta, São Paulo, Imprensa Metodista, 1922.

20. **A fé católica e o símbolo dos católicos**. Niterói, 1847, 3 volumes. O cônego Fernandes Pinheiro julga esse trabalho "o mais apropriado compêndio de moral cristã".

Além dessas obras impressas, o Cônego Fernandes Pinheiro, no estudo biográfico do Padre Perereca, publicado na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, refere-se a outros escritos, inéditos arrolados também por Sacramento e alguns por Noronha Santos. Entre eles **Novenas do Santíssimo Sacramento** (tradução); **Breves meditações** (também tradução); uma comédia, **Ignez**, escrita "em alusão às relações particulares de um seu colega com certa moça"; uma descrição da chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro; uma memória sobre a Congregação do Oratório; e uma "Memória" do Brasil, apresentada à Exposição de História do Brasil, de 1881; consta de 191 páginas encadernadas em veludo carmesim, com as armas reais, indicando ter pertencido à Biblioteca de D. João VI.

*
* * *

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista, às sextas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas da publicação.)

32. UM COMPOSITOR JUDEU-SUIÇO-AMERICANO

Compositor suíço? Poderá o leitor perguntar (e estranhar). De fato é curioso o caso da Suíça. É um dos países onde mais se cultiva a música. Possui algumas das melhores orquestras (sinfônicas e de câmara) da Europa; seus conservatórios (Genebra, Zurique) são famosos, da mesma forma que seus festivais (Lucerna, Lausanne) atraem pessoas de todo o mundo e neles algumas das obras contemporâneas mais importantes têm sido reveladas. Os discófilos conhecem os nomes de seus grandes conjuntos musicais: Suisse Romande, Winterthur etc. Pois bem: com todo esse interesse pela música, jamais produziu a Suíça um compositor capaz

de ombrear com os de qualquer outro país europeu. Já não penso em termos de Alemanha, França ou Itália, que são os três maiores focos da música européia, mas mesmo considerando-se os países menores (musicalmente falando), como a Holanda, a Bélgica, a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia, entre outros. O próprio compositor que motivou esta nota, pois ontem se comemorou o centenário de seu nascimento — Ernest Bloch — apenas é suíço por ter nascido na Suíça. Sua vinculação com a terra dos cantões foi sempre muito pequena, embora lá vivesse alguns anos, à frente de uma das suas mais importantes entidades musicais. Sua formação foi toda extra-helvética — Bélgica e França — e sua realização foi mais americana que européia, pois dirigiu-se muito cedo para os Estados Unidos e lá viveu até o seu falecimento, ocorrido em Portland, Oregon, aos 15 de julho de 1959.

Ernest Bloch deixou obra volumosa e bem variada, orquestral, instrumental e vocal, incluindo uma ópera, inspirada em “Macbeth”, de Shakespeare. Se, no título desta nota o judeu está antes do suíço, é porque, acima de tudo, Bloch foi um compositor de inspiração judaica. Além de ter escrito um ofício sacro para a liturgia israelita (**Avodath Hakodesch**) para barítono, coro e orquestra, editado em 1933, tratou de temas judaicos em numerosas outras obras, inclusive nas orquestrais, como, por exemplo, em **Schelomo**, para violoncelo e orquestra, talvez sua obra mais divulgada e que traz como subtítulo **Rapsódia Hebraica**. Ou em **Israel**, sinfonia para vozes e orquestra, no **Salmo XXII**, nos **Três Poemas Judaicos**, nas **Peças Hebraicas** (para viola e orquestra), no **Bal Shem** (para violino e orquestra), ou, mais um exemplo, nas três pequenas peças para violoncelo e piano intituladas **Três Sketches da Vida Judaica** (Oração, Súplica e Canto).

Mas além destas obras de inspiração religiosa, muitas outras deixou, como se pode ver do elenco que figura na última edição do grande dicionário de Grove (publicada quando Bloch ainda vivia) e no qual vem arrolada quase uma centena de obras na maior variedade de formas. Além das já mencionadas, gostaria de lembrar: **América: uma rapsódia épica** (espécie de cortesia musical para com o país que o acolheu), **Evocações, Poemas de Outono**, um concerto grosso, o quinteto para piano e cordas (das melhores obras nesta forma), três quartetos para cordas, duas sonatas para violino e piano, um concerto para violino e orquestra e numerosas outras obras menores, cujo registro total este espaço não comportaria.

Outro objetivo não tem esta modesta nota senão chamar a atenção dos interessados em música para um compositor pouco conhecido entre nós, exatamente na ocasião em que se comemora o seu centenário (25/7/1980).

33. UM FRANCÊS SÁBIO E OBSCURO NO BRASIL

Parece-me deveras estranho que o Visconde de Taunay, em seu precioso elenco de estrangeiros que viveram no Brasil e aqui prestaram serviços de qualquer espécie, publicado primeiramente na Revista do Instituto Histórico Brasileiro (1895) e, muitos anos depois (1932), tirado em livro pelas Edições Melhoramentos, tenha omitido o nome do compatriota de seu pai, Aimé de Bonpland, nascido na histórica La Rochelle em 28 de agosto de 1773, e falecido numa das missões do território de Corrientes, Argentina, em 11 de maio de 1858, com quase oitenta e cinco anos, na maior parte dedicados à pesquisa científica, particularmente à botânica. Figura no velho Garraux apenas com um título, publicado em colaboração com o grande Humboldt, em cuja companhia viajou pela América do Sul em fins do século XVIII e início do XIX. Esta circunstância de companheiro de Humboldt valeu-lhe certa notoriedade, como o faz notar Avé-Lallement quando descreve a visita que lhe fez em São Borja. Não figura no velho Sacramento e nem em Raeders. Quem dele melhor cuida é Abeillard Barreto, que lhe dedica várias páginas, inclusive com extensa bibliografia dele e sobre ele, em sua preciosa **Bibliografia Sul-Riograndense**.

Após as viagens com Humboldt, voltou à América do Sul, estabelecendo-se nas missões jesuíticas, entre os rios Uruguai e Paraguai. Aprisionado por Francia em 1821, foi libertado em 1831, passando a viver, então, no Brasil, notadamente em São Borja, onde permaneceu por mais de vinte anos. Nos seus últimos tempos voltou à Argentina, falecendo, como já se disse, numa missão de Corrientes. Dois viajantes que percorreram o Rio Grande do Sul, Alfred Demersay e Avé-Lallement, deixaram páginas comoventes relatando a visita que fizeram ao grande sábio, frustrado, desenganado da vida, inteiramente pobre (quando, ao que parece, chegou a ter grandes posses), mas sem perder o interesse pelos estudos botânicos. Já quase ao fim da vida, escreveu preciosa memória sobre o cultivo da erva mate, no qual via excelentes perspectivas para a economia rio-grandense.

“Figura humana cheia de contradições, difícil de ser interpretada, mas espírito lúcido para a investigação científica”, no dizer de Abeillard Barreto, muita cousa em sua vida, de fato, parece obscura ou contraditória, deixando-nos de sua existência um vazio nada consentâneo com a obra imensa que realizou. Bonpland, diz ainda o eminente escritor rio-grandense, é hoje uma figura “quase desconhecida no Rio Grande do Sul, lembrada no Uruguai e permanentemente reivindicada pela Argentina como seu cientista honorário”. No entanto, Bonpland viveu apenas cinco anos na Argentina e no Uruguai e mais de vinte no Rio Grande do Sul! Em seu valioso e indispensável levantamento bibliográfico, Abeillard Barreto arrola mais de vinte trabalhos (biográficos e científicos) publicados na Argenti-

na sobre o cientista francês, tão desconhecido no Brasil, como ele próprio o afirma. Esta modesta nota pretende apenas recordá-lo, pois precisamente ontem transcorreu a data de seu nascimento (29/8/1980).

34. O BICENTENÁRIO DE SAINT-HILAIRE NO RIO GRANDE DO SUL

Pelo que o Brasil deve a Saint-Hilaire era de se esperar que seu bicentenário, transcorrido no ano passado, fosse mais comemorado no País, especialmente nas regiões por onde andou o sábio botânico. No entanto, passou quase em branca nuvem. A Biblioteca Nacional organizou uma exposição muito pobre, muito aquém não só do que merecia o ilustre viajante, mas aquém do que a Biblioteca seria capaz de realizar. E ainda o catálogo que editou é lacunosíssimo, em nada à altura do que poderia elaborar a principal biblioteca do País. Em São Paulo, a comemoração praticamente cifrou-se à conferência que tive o privilégio de proferir sob os auspícios da Academia Paulista de História e, pouco depois, publicada em opúsculo pela Divisão do Arquivo do Estado. Essa mesma conferência, tive oportunidade de repeti-la em Curitiba, em sessão promovida pelo Instituto Histórico Paranaense, mas com seis meses de atraso, pois só em junho do corrente ano é que ela pôde ser levada a efeito. Nos demais Estados, com uma só exceção, não tive conhecimento de qualquer evento que assinalasse a importante efeméride.

A exceção que folgo em registrar ocorreu no Rio Grande do Sul. Realmente, o Rio Grande, mais que qualquer outro Estado, levou a sério o transcurso do bicentenário do nascimento do grande viajante. De pelo menos três realizações importantes tenho conhecimento: a excursão promovida pela Associação Riograndense de Imprensa, com alto objetivo cívico e cultural, refazendo o roteiro de Saint-Hilaire em terras gaúchas; a publicação pelo "Correio do Povo", de Porto Alegre, de um extenso suplemento, de dezesseis páginas, inteiramente dedicado a Saint-Hilaire; e a publicação pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através de sua Secretaria da Cultura, de um volume com páginas do viajante sobre a capital rio-grandense, e no qual se insere, também, ao lado de algum documentário, a conferência do Professor Francisco Riopardense de Macedo intitulada "Como Saint-Hilaire viu Porto Alegre às vésperas da Independência do Brasil". Foi, assim, o Rio Grande do Sul a única unidade da Federação a assinalar com a publicação de um livro a efeméride comemorativa do bicentenário do ilustre viajante.

O suplemento do "Correio do Povo" bem merece ser transformado em livro, tal o interesse da matéria que encerra: nada menos de onze ensaios abordando aspectos diversos da presença de Saint-Hilaire em terras rio-grandenses, assinados por pessoas que demonstraram excelente conheci-

mento da obra do grande botânico. E será uma pena que tão rico material fique circunscrito às páginas de um suplemento que, embora valiosíssimo (dos melhores da imprensa brasileira) não pode oferecer o sentido de permanência que o livro oferece. E, ainda mais, que nem todos têm acesso a ele, pois não é fácil encontrá-lo fora do Rio Grande. Dele só tive conhecimento graças à gentileza de um confrade da Associação Riograndense de Imprensa que mo enviou. E lamento tê-lo conhecido com atraso, quando a bibliografia de Saint-Hilaire que elaborei para o opúsculo do Arquivo do Estado, a que de início fiz referência, já estava impressa. Pude incluir a publicação da Prefeitura de Porto Alegre, mas foi uma pena não ter incluído também o precioso suplemento do "Correio do Povo". (5/9/1980.)

35. NOVENTA ANOS DE UM GRANDE COLÉGIO

Quando se fizer a história da Educação no Brasil, capítulo dos mais importantes será o que tratar da contribuição das missões protestantes norte-americanas, que em fins do século passado fundaram grandes colégios nos mais diversos pontos do País. Pelos novos métodos de ensino que introduziram, pela filosofia de educação que ensinavam, tais colégios alcançaram a melhor receptividade na sociedade brasileira, sendo freqüentados muito mais por católicos que propriamente por protestantes, pois estes não eram na ocasião (e provavelmente nem sejam ainda) em número suficiente para alimentar tão grandes estabelecimentos de ensino como os que as missões fundaram. O que é tanto mais notável quando se considera o quanto a sociedade brasileira da época era preconceituosa em matéria de princípios religiosos e, por outro lado, a força dominante dos elementos católicos nas mais diversas esferas do pensamento. Apesar de tudo isso, os colégios ditos "protestantes" firmaram-se com uma inestimável contribuição à causa do ensino, numa época em que o Estado pouco fazia, deixando a instrução praticamente em mãos de organizações religiosas.

Assim, rara a cidade brasileira de certa importância que não tenha um colégio protestante, especialmente metodista ou batista, as duas confissões evangélicas que mais têm contribuído no setor educacional, embora o mais antigo deles — o Colégio Internacional, fundado em Campinas em 1869 — seja de origem presbiteriana, como também de origem presbiteriana a Escola Americana, de São Paulo, núcleo do atual Mackenzie, que é, como todos sabem, a maior organização particular de ensino de toda a América Latina. O "Internacional" existiu em Campinas até fins do século passado, quando, devido à epidemia de febre amarela que assolou nossa cidade, a Igreja Presbiteriana determinou sua transferência para Lavras, no Sul de Minas, onde ainda existe com o nome de Instituto Gammon, em homenagem a um dos seus grandes diretores, o Dr. Samuel Gammon.

Tive oportunidade de participar, no princípio deste mês, das festividades comemorativas do nonagésimo aniversário de um dos mais importantes desses colégios “protestantes”: o Granbery, de Juiz de Fora, fundado aos 8 de setembro de 1890, “comemorando o esforço especial no Brasil de acordo com o movimento do Metodismo universal a favor da educação cristã”, conforme se lê na lápide de mármore encimada pelo busto do Bispo J. C. Granbery, que, na época, superintendia o trabalho realizado no Brasil pela Igreja Metodista Episcopal do Sul dos Estados Unidos, e de quem o colégio tomou o nome. Simplesmente **O Granbery**, sem qualquer outra especificação. Só em época recente, devido a exigências da nova nomenclatura imposta pelas autoridades federais, passou a chamar-se Instituto Granbery. Tive o privilégio de frequentá-lo num dos seus períodos áureos, há quase meio século. A formação moral, cultural, espiritual e especialmente a filosofia de vida que dele recebi tem-me valido imensamente ao longo de minha vida e é com emoção, quase com espírito de “romeiro” que, sempre que posso, visito Juiz de Fora na primeira semana de setembro, não só para rever colegas e matar saudades, mas para “sentir” o quê o grande colégio ainda nos pode dar. (19/9/1980.)

36. A QUEBRA DE UM ESQUEMA

Há meio século, precisamente na data de hoje, eclodia no Rio Grande do Sul o movimento revolucionário que, três semanas depois, por meio de um golpe militar, punha fim à Primeira República, depondo o Presidente Washington Luís vinte dias antes do fim de seu período de governo. O que aconteceu há cinquenta anos não foi apenas uma quartelada que simplesmente substituísse um governo por outro e continuasse tudo como dantes no quartel de Abrantes, como diria o Eça. O movimento teve, sem dúvida, também esse aspecto de quartelada (qual a revolução que não o tem ?), mas não foi ele que permaneceu no consenso dos que estudam nossa evolução política nem é ele, naturalmente, que está sendo alvo de revisão através de, pelo menos, dois congressos de História no Rio Grande do Sul e, principalmente, através de numerosas publicações que, superando a perspectiva do tempo, procuram lançar novas luzes sobre a Primeira República e o seu melancólico fim. Sim, melancólico, mas previsível, pois ocorrido em outubro de 1930 foi tão-só o corolário de uma série de crises que, a bem dizer, começou com a própria proclamação da República.

Já tem sido observado por diversos analistas o caráter salvacionista de todos os movimentos que abalaram o regime, desde sua implantação em 1889. Foram salvacionistas os golpes do primeiro lustro republicano, como salvacionistas foram a política dos governadores de Campos Sales, o civilismo de Rui, a “Reação Republicana” de Nilo, o revisionismo de Alberto Torres, o tenentismo da década de 20, os movimentos sociais e

políticos que se confundiram num só processo revolucionário pouco ou maldefinido, que, como num vasto estuário, desaguou no Movimento de 3 de outubro. “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, teria dito o grande Andrada das Alterosas, precisamente aquele que, se as regras do jogo continuassem, seria naturalmente o sucessor de Washington Luís na suprema governança da nação. Pois, de fato, o que ocorreu em 1930 foi a quebra de um esquema. Aquele que vinha vigorando desde o começo do século, numa alternância de São Paulo e Minas nos altos postos da política nacional. Convencionou-se denominar esse esquema de política do “café com leite”. Nada mais errado. Não se trata de “café com leite”, mas de “café com café mesmo”, pois os grandes políticos mineiros, tanto quanto os paulistas, tinham seus interesses na produção cafeeira. Sei muito bem que a história não deve ser feita à vista do que deveria ter ocorrido, mas sim do que efetivamente ocorreu. Mas não custa perguntar: teria havido a Revolução de 1930 se, Washington Luís não fosse tão teimoso na candidatura de mais um paulista, e deixasse a vez para Minas, como o esquema recomendava? Eis por que o movimento cujo cinquentenário estamos comemorando se me afigura, antes de tudo, a quebra de um esquema, que tinha seus defeitos, não há dúvida, mas contribuía para moderar a rédea nem sempre leve da República.

No processo revolucionário que se inicia pouco depois da Primeira Guerra Mundial e ainda não terminou, o movimento de 1930 é simplesmente uma parada, uma estação, mas uma estação onde o trem não troca simplesmente de “staff” para ter certeza de que a linha está livre, mas onde ele pára, bastante tempo, para meditar por qual das linhas deve seguir. E teria seguido pela linha certa? (3/10/1980.)

37. A REVOLUÇÃO INACABADA

Ao movimento revolucionário de 1930 Hélio Silva denominou de “Revolução Traída”. Pode ter sido. Mas, em que pese a respeitável opinião do ilustre autor do **Ciclo de Vargas**, prefiro denominá-la de “Revolução Inacabada”. Em nota anterior, publicada precisamente há três semanas, a propósito do cinquentenário do início do movimento, lembrei que no processo revolucionário brasileiro que se inicia após a Primeira Guerra Mundial e ainda não terminou, a revolução de 1930 deve ser vista como uma estação onde o trem parasse não simplesmente para a troca de “staff”, mas para uma meditação sobre qual das linhas deveria seguir. E às vezes tenho dúvida quanto ao rumo que o País tomou naquele momento. Teria realmente entrado pela linha certa?

Aqui é onde entra o problema da revolução inacabada ou incompleta. Num movimento revolucionário há que se considerar seu aspecto militar e seu aspecto civil. Aquele é fácil de ser delimitado no tempo e

no espaço. Pode-se precisar o momento exato em que a revolução foi deflagrada, da mesma forma que se pode precisar também o momento em que as armas foram depostas com a ordem de cessar fogo. Isto ocorreu há cinquenta anos na data de hoje. Uma junta militar integrada pelas mais altas patentes das forças armadas depôs o Presidente Washington Luís vinte dias antes do fim de seu período de governo. Dias depois, essa mesma junta entregava o poder àquele que fora aclamado chefe das forças revolucionárias.

Porém, do ponto de vista civil, é neste momento que a Revolução de 1930 tem início. E se, a fase militar desenvolveu-se a contento, praticamente sem maiores problemas e sua obra se consolidou, o mesmo não se poderá dizer da fase civil. Esta não soube (ou não pôde) resistir tranqüilamente a todos os embates que as contingências do momento criaram. A Revolução trouxe modificações sensíveis na vida brasileira, o que, ninguém, de boa-fé, poderá negar. Mas seu programa foi logo posto de lado em face de novas injunções. Talvez seja por isto que Hélio Silva insiste em dizer que a Revolução foi traída. Faltou-lhe, de fato, um programa revolucionário. A plataforma da Aliança Liberal, que fez as vezes de programa, parece-nos hoje um documento vazio, repisando em pontos que, bem pensando, não eram os mais importantes para o processo revolucionário que se tinha em mira. É um documento simplesmente político, que, a dizer o que deveria ser feito, preferiu dizer o que não fora feito... Com os “tenentes” aconteceu a mesma cousa: todos sabem o que eles não queriam. Mas quem poderá dizer o quê efetivamente queriam, fora evidentemente da mera participação no poder ? Aliás, é nesta preocupação quase toda negativista que se enquadra a maior parte do pensamento político brasileiro. E isto, desde os tempos do Império.

Agora que, com o cinquentenário, se pensa tanto em revisão do processo histórico responsável pelo Movimento de 30, nada mais oportuno do que buscar as origens de todas as características da chamada “Segunda República”, que, aliás, durou pouco. E o fato de ter durado tão pouco já não será uma prova ou, pelo menos, uma suspeita de que, na parada da “Estação de 1930”, o trem não entrou pela linha certa ? Que o digam os analistas políticos e sociais que se estão reunindo para debater um movimento que, traído ou inacabado, marcou uma época em nossa História. (24/10/1980.)

38. IGREJA/ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1934

“A Constituição de 1934 restabeleceu o Catolicismo como religião oficial no Brasil, posição que havia perdido com a primeira Constituição, de 1891, e tornou obrigatório o ensino religioso nas escolas”. Se um aluno escrevesse isto numa prova, eu lhe atribuiria zero por extenso e com

todas as letras maiúsculas. Pois lamentavelmente é o que vem escrito em um dos últimos números (18, p. 94) da publicação **Nosso Século**, distribuída regularmente pela Editora Abril em todas as bancas de jornais e revistas do país.

Ora, a única modificação trazida, em matéria de religião, pela Constituição de 1934 (com relação à de 1891) foi a invocação do nome de Deus no seu preâmbulo. Mas daí a afirmar que a Constituição restabeleceu o Catolicismo como religião oficial, há uma grande distância. Nada no seu contexto autoriza tal entendimento. E quanto ao ensino religioso a Constituição apenas o permite (art. 153), mas “de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno”. Donde, pois, teria o autor tirado o que vem afirmado no referido fascículo ?

A Constituição de 1891 (primeira da República) inscreveu no preâmbulo a clássica fórmula, com que se abrem praticamente todas as constituições: “Nós, os Representantes do Povo Brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição”. E segue-se o texto. No Congresso Constituinte de 1934, foi proposto se incluísse no preâmbulo da Constituição que estava sendo elaborada, uma invocação ao nome de Deus. Os que acompanharam o andamento dos trabalhos certamente se lembram do que se passou. Quantas discussões foram travadas em torno do assunto ! Ainda estudante, mas já metido nas lides de imprensa e ainda vivendo no Rio de Janeiro, guardo na lembrança debates curiosíssimos em torno do “Deus na Constituição”, como comumente se dizia. Afinal, depois de intermináveis discussões, Deus ganhou e passou a figurar no preâmbulo, tal como foi votado a 16 de julho de 1934: “Nós, os Representantes do Povo Brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte etc.” O restante praticamente repetia o texto da Constituição anterior. A proposta original era: “reunidos em Assembléia Constituinte e pondo nossa confiança em Deus”. À última hora, contudo, inverteu-se a fórmula, passando a função específica (a Assembléia) a figurar em segundo lugar, dando-se a prioridade à confiança em Deus. E de então para cá, todas as nossas Constituições (menos a carta outorgada de 1937) repetem a fórmula com pequenas variantes.

Mas isto não significa instituição do Catolicismo como “religião oficial”, segundo afirmou o autor do artigo de **Nosso Século**. Visto isto por quem tenha suficiente conhecimento de História, não terá a menor consequência. Mas quantas pessoas em nosso País formam sua cultura com base nas publicações da Abril, espalhadas pelo Brasil todo ? Para que ensinar-lhes errado ? E ainda mais erro gravíssimo, como o que vem de ser registrado. (12/12/1980)

39. UMA DATA NÃO APENAS PROTESTANTE

O mundo protestante comemora hoje o "Dia da Reforma". Com efeito, a 31 de outubro de 1517, Martinho Lutero afixou à porta da Catedral de Wittenberg suas famosas noventa e cinco proposições discordando de numerosos pontos doutrinários da ortodoxia católica e abrindo as portas para a mais séria cisão do Cristianismo ocidental. Seu movimento esgalhou-se com enorme rapidez, adquirindo as mais variadas colorações, de acordo com as contingências de tempo e de lugar, subtraindo à jurisdição romana e papal uma boa parte da Europa. O ponto fraco do movimento reformador foi não ter conseguido manter a unidade, propiciando a pululância por toda a parte de seitas ou doutrinas não propriamente antagônicas, mas contraditórias em muitos pontos. As idéias de uma reforma na Igreja vinham de longe. Vinham do fim da Idade Média, com os **lollards** ingleses de Wiclif; mas foi, evidentemente, com o rebelde Agostinho de Wittenberg que tomaram corpo.

Guardo como uma das preciosidades de minha biblioteca um opúsculo, hoje bastante raro, publicado pelos protestantes presbiterianos de São Paulo em 1917, quando se comemorou o quarto centenário da Reforma. Nele colaboraram Eduardo Carlos Pereira, J. A. Corrêa, Vicente Temudo Lessa, William A. Waddell (na época presidente do antigo Mackenzie College, transformado hoje na Universidade Mackenzie) e A. C. Salley. Embora de orientação protestante, é nesse opúsculo que encontro a apreciação mais imparcial que até hoje li sobre, por exemplo, a Reforma na Inglaterra, que é o país onde o estudo do importante movimento tem sido mais deformado. Escreveu-o Vicente Temudo Lessa, cujo interesse pela pesquisa histórica tornou-o um dos maiores historiadores dos arraiais protestantes. É também de sua autoria, nesse mesmo opúsculo, uma série de pequenas biografias de dezesseis figuras do movimento reformador, muitas das quais completamente esquecidas em nossos dias. Todo mundo se lembra de Lutero, Calvino, Zuinglio, Melancton; mas quem hoje recorda João Huss, Jerônimo de Praga, João Knox, Guilherme Farel, Oecolampadio, Latimer, Tyndale, Cranmer, entre outros?

A data de hoje me sugere duas observações: em primeiro lugar, a modificação do ponto de vista católico com relação ao movimento do século XVI. Não só do movimento, como de seus líderes. Já se consideram superadas as teses de Denifle e Grisar, que viam nos reformadores apenas rebeldes inconformados. Hoje eles são considerados de maneira completamente diferente, como o demonstra, entre outros, o livro de Hessen intitulado **Lutero visto pelos católicos**, ou alguns volumes que vêm sendo editados pela Vozes, de Petrópolis, a maior editora católica do Brasil.

A segunda observação é com referência à natureza da Reforma. Hoje, ninguém mais vê nesse movimento apenas o seu aspecto religioso, embora fosse este o predominante. Atualmente procura-se estudar uma sociedade da Reforma, uma literatura da Reforma, uma arte da Reforma, uma música da Reforma, uma filosofia da Reforma, uma política da Reforma e até uma economia da Reforma. Deixou o grande evento do século XVI de ser um movimento apenas protestante, para interessar a todos os estudiosos da História, especialmente da História social e cultural. Pois estes aspectos da Reforma são tanto importantes quanto os religiosos. Mas, infelizmente, ainda há preconceitos (e de ambas as partes) e estes impedem muitas vezes a visão clara e orgânica que se precisará ter do grande movimento para compreendê-lo em toda a sua integridade. (31/10/1980.)

40. A MÚSICA DA REFORMA

Há alguns anos, recebi honroso convite do pastor da Igreja Presbiteriana Independente, da rua Lusitana, para proferir uma palestra sobre a influência da Reforma Protestante na música. Pouco tempo depois, recebia convite idêntico para falar numa das igrejas evangélicas de São Paulo. O assunto realmente é fascinante e não era sem propósito que o incluía no meu programa quando lecionava História da Música, na antiga Faculdade de Música de nossa Universidade Católica. Não redigi a palestra que proferi nas duas igrejas; servi-me apenas dos apontamentos que normalmente utilizava em aulas, tendo, ainda, o cuidado, nas duas vezes, de ilustrar a palestra com gravações. Mas, como na semana passada ocupei-me neste local do grande movimento do século XVI, que representou, não apenas uma cisão na Igreja Cristã do Ocidente, mas, na verdade, um profundo movimento de idéias, interessando às mais diversas áreas — entre elas a Música — não julgaria despropositado voltar ao assunto, desta vez para recordar, em linhas gerais, o que a História da Música ficou a dever ao movimento reformista.

Em três itens fundamentais pode ser resumida essa contribuição: o restabelecimento do canto congregacional, a criação de algumas formas musicais e o acentuado desenvolvimento de outras, especialmente as que utilizam o canto coral.

Como é sabido, o próprio Lutero era músico e compositor; não só escreveu numerosos hinos, como estimulou os compositores ligados à sua Igreja a que igualmente o fizessem. Resultou desse esforço a criação do chamado “coral luterano”, um tipo de cântico dotado de três características principais: linha melódica bastante fácil para poder ser cantado por

todos, independentemente de qualquer conhecimento de música ou da arte de cantar; utilização das línguas nacionais (no caso o alemão) e o emprego freqüente de melodias populares, buscadas, no mais das vezes, no mais recôndito da alma do povo alemão. Com estas três características, construiu-se o vasto mundo do “coral luterano”, permitindo, inclusive, que numerosos compositores tecessem variações sobre esses cânticos, resultando daí a obra imensa, por exemplo, de João Sebastião Bach, com os seus **Choralsvorspiele**, que se pode traduzir por “prelúdios-sobre-corais”, ou seja, pequenas peças (ao órgão ou ao cravo) compostas sobre os temas dos corais. Assim, não houve compositor ligado à Igreja Luterana (mesmo nos tempos modernos) que não se comprazesse em escrever obras dessa natureza, sobrelevando a todos, como já se mencionou, o nome de Bach.

As “cantatas” e os “oratórios”, embora não sejam formas musicais originalmente protestantes, pois já existiam bem antes da Reforma, foram extremamente valorizadas nos países protestantes, talvez pelo hábito do canto coral estimulado pelas igrejas reformadas. Para citar ainda uma vez a João Sebastião Bach, lembraria que o grande mestre escreveu mais de trezentas cantatas para o ano litúrgico da Igreja Luterana e tanto ele, quanto seu contemporâneo Jorge Frederico Handel, elevaram a forma “oratório” a culminâncias jamais alcançadas.

Acrescente-se a isso a rica hinologia cultivada pelas numerosísimas denominações protestantes, inclusive no Brasil, com a adaptação de clássicos hinários ingleses e norte-americanos introduzidos em nosso País desde o século passado, quando começou entre nós a obra missionária protestante. Eis por que numa História da Música jamais poderá faltar capítulo relativo a este tema, como bem o demonstra a riquíssima bibliografia e a não menos rica discografia existente. (7/11/1980).